

## A ILUSÃO DA DEMOCRACIA NO CAPITALISMO HISTÓRICO

Rosângela de Lima VIEIRA<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Este ensaio, em diálogo com I. Wallerstein e G. Arrighi, teóricos da abordagem da Economia Política do Sistema-Mundo, tem como objetivo refletir sobre a *democracia histórica*. Ou seja, observar a democracia concretamente empreendida na modernidade, com destaque ao centro da economia-mundo capitalista e suas interseções no Brasil. Democracia e capitalismo comumente são conceitos utilizados como indissociáveis, porém um exame mais profundo, pela Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), aponta que essa associação é indevida, pois a desigualdade social, inerente à sociedade capitalista, impede a realização efetiva da democracia. Daí o substantivo 'ilusão'. No entanto, apontada essa contradição, pode parecer que se deve buscar outra forma de organização sócio-política. Mas a percepção é de que, numa análise sistêmica, a alternativa é lutar por mais democracia, não apenas por uma democracia liberal representativa e sim por uma democracia para além do capitalismo, fundada na liberdade e na efetiva igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Democracia. Capitalismo. EPSM.

Inspirado nos livros de I. Wallerstein (1985) e no de G. Arrighi (1997), o objetivo do percurso a ser apresentado no presente ensaio consiste em refletir sobre a democracia histórica, fazendo um paralelo com o capitalismo histórico e com a ilusão do desenvolvimento para todos. Nossa intenção é observar a democracia concretamente empreendida, com destaque ao centro da economia-mundo capitalista.

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. rosangela\_vieira@uol.com.br.

Democracia é muito mais do que um termo; de fato é um conceito, um procedimento, um sonho, um valor. O interesse aqui é ressaltar o seu uso como um jargão ideológico, utilizado como panaceia para todos os problemas sociais, políticos e econômicos no moderno sistema-mundo. Ao se utilizar da defesa da democracia como justificativa para a ingerência em países da periferia, o centro da economia-mundo capitalista oculta sua própria situação de fragilidade.

Muito embora a população de vários países frequentemente tenha se levantado pela democracia, nunca houve, de fato, uma efetiva soberania popular, mesmo em nações consideradas democráticas. Essa luta histórica por igualdade é justamente o que as classes dominantes procuram evitar, como evidenciado na Revolução Francesa: o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” foi, na prática, restringido às liberdades individuais, enquanto o discurso da meritocracia assegurava a anuência em relação às desigualdades sociais.

Há quem faça a distinção entre a democracia como regime político e a democracia enquanto estrutura social, ou seja, uma forma sociopolítica de convivência em sociedade (CHAUÍ, 2017). A análise do Estado aqui proposta procura demonstrar como essas duas esferas são indissociáveis.

O raciocínio que almejamos desenvolver parte da observação de que a democracia vigente se associa necessariamente à presença do Estado moderno. Dessa maneira, cabe ao Estado promovê-la e, de outra forma, ser democrático. Entretanto, o papel do Estado ao longo dos cinco séculos do capitalismo histórico consistiu em atender a interesses particulares, negando, em muitos momentos, a vontade popular. Nesse sentido, Fernand Braudel (1995) acrescenta que a expansão do capitalismo é um processo absolutamente dependente do poder estatal: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é o Estado*” (BRAUDEL, 1995, p. 64, destaque meu).

Wallerstein também considera que os Estados soberanos são fundamentais para os capitalistas, como apontado no trecho abaixo:

- 1) Os estados impõem as regras sobre a troca das mercadorias, do capital e do trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras.
- 2) Criam as leis concernentes aos direitos de propriedade dos estados.
- 3) Criam as regras concernentes ao emprego e à

compensação dos empregados. 4) Decidem os custos que as companhias devem assumir. 5) Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados, e até que ponto. 6) Cobram impostos. 7) Por último, quando as companhias estabelecidas dentro de suas fronteiras vierem a ser afetadas, podem usar seu poder no exterior para influenciar as decisões de outros estados (WALLERSTEIN, 2010, p. 68).

Nesse contexto, a relação entre os Estados e as empresas é absolutamente fundamental para o entendimento de como funciona a “economia-mundo capitalista”. Analisando as relações de poder no capitalismo histórico, Wallerstein questiona:

No capitalismo histórico, como as pessoas e grupos de pessoas conduziram suas lutas políticas? A política gira em torno de mudanças nas relações de poder, numa direção mais favorável para os interesses de alguém, redirecionando com isso os processos sociais. Sua atividade, para êxito, requer alavancas transformadoras, que permitam o máximo de resultados com o mínimo de esforços. A estrutura do capitalismo histórico foi tal que as alavancas mais eficazes para ajustes políticos foram as estruturas estatais, cuja própria edificação foi, como vimos, uma das principais realizações institucionais do capitalismo histórico. Portanto não é casual que o controle, e se necessário a conquista, do poder do Estado foi o objetivo estratégico central de todos os grandes atores na arena política, ao longo da história do capitalismo moderno.

É extraordinária a importância crucial do poder do Estado para os processos econômicos, mesmo que os definamos do modo mais estrito possível, desde que se observe de perto o funcionamento efetivo do sistema (WALLERSTEIN, 1985, p. 39).

Diante disso se impõe uma questão: como pode um Estado, simultaneamente, ser capitalista e democrático?

O capitalismo historicamente se realiza promovendo a desigualdade econômica e o não reconhecimento igualitário de direitos. A acumulação de riquezas é subjacente à expropriação e à exploração de grupos e povos. De forma simples: não há enriquecimento de uns sem empobrecimento de outros.

No moderno sistema-mundo há uma assertiva bastante comum de que a democracia se realiza plenamente nos países do centro do sistema capitalista. Ou seja, há uma crença generalizada

de que os países centrais, no processo de acumulação de capitais, teriam se constituído em democracias sólidas, como os EUA, a Inglaterra, a França e a Alemanha. No entanto, não nos parece assim tão simples, uma vez que investigando de perto a história desses países pode se perguntar: é possível realmente uma democracia no centro do sistema capitalista? Se afirmativo: o que de fato ela é? Como se realiza efetivamente? Eleições são suficientes para garantir um poder realmente democrático? Os dados históricos apontam que se trata de uma democracia formal que não equivale à igualdade de direitos para todos no cotidiano da vida social. A presença da etinização, do sexismo e do racismo, nesses países, indica claramente essa desigualdade. Vejamos cada uma delas.

A etinização da força de trabalho mundial realizou três coisas importantes para o funcionamento da economia-mundo. Primeiramente, ela possibilitou a reprodução da força de trabalho, não no sentido de prover renda suficiente para a sobrevivência dos grupos, mas no de prover trabalhadores suficientes em cada categoria, a níveis adequados de expectativa de renda, em termos tanto da quantidade total quanto das formas que a renda doméstica assumiria. Além disso, justamente porque a força de trabalho estava etinizada, sua alocação era flexível. [...] Em segundo lugar, a etinização forneceu um mecanismo integrador de treinamento da força de trabalho, garantindo que uma grande parte da socialização nas tarefas profissionais se realizasse no interior dos espaços domésticos etnicamente definidos, e não à custa seja dos empregadores de trabalho assalariado, seja dos Estados. Em terceiro lugar, e provavelmente o mais importante, a etinização arraigou a hierarquização dos papéis econômicos-profissionais, fornecendo a todos um código simples para a distribuição da renda total, revestido com a legitimação da tradição (WALLERSTEIN, 1985, p. 65-66).

E o processo de etinização se imbrica com o sexismo.

O que foi novo sob o capitalismo histórico foi a correlação entre divisão e valorização do trabalho. Os homens podem frequentemente, ter executado um trabalho diferente do das mulheres (e os adultos, um trabalho diferente do das crianças e dos idosos), mas sob o capitalismo histórico houve uma desvalorização constante do trabalho das mulheres (e dos jovens e velhos), e uma ênfase correspondente no valor do trabalho do homem adulto (WALLERSTEIN, 1985, p. 21).

As lutas das mulheres por direitos iguais se impuseram no passado e ainda são uma realidade<sup>2</sup>. Vale lembrar, por exemplo, os casos mais recentes em Hollywood com as denúncias de assédio sexual. As questões de gênero e a desigualdade de direitos, hoje expostas no desrespeito às mulheres, apontam a mercantilização de tudo, do sexo, inclusive. No fundo, os corpos femininos são corpos em proveito do machismo e da pretensa superioridade de um gênero em relação ao outro. Tal divisão está também a serviço não apenas da desigualdade, mas da divisão que hierarquiza e, portanto, justifica a dominação e a exploração.

Wallerstein aponta que a correlação entre divisão e valorização do trabalho foi uma inovação que garantiu o caráter extensivo e limitado da mercantilização do trabalho. Do mesmo modo que a existência dos não assalariados proporciona o limite e o teto dos trabalhadores assalariados e, portanto, rebaixa os custos de produção e conseqüentemente a elevação das taxas de acumulação.

Enquanto que, em outros sistemas, os homens e mulheres realizavam tarefas diferenciadas (mas normalmente equivalentes), sob o capitalismo histórico o homem adulto assalariado foi classificado como aquele que tem o 'ganha-pão', e a mulher adulta como a "dona de casa" (WALLERSTEIN, 1985, p. 20-21).

Nasce a desigualdade de gênero afirmada pelo trabalho "ativo", "verdadeiro". "Assim se institucionalizou o sexismo. O aparato legal e paralegal de diferenciação e discriminação de gêneros foi consequência absolutamente lógica dessa valorização diferencial básica do trabalho" (WALLERSTEIN, 1985, p. 21).

O racismo foi na mesma direção. A democracia estadunidense – referência ideal para muitos, sobretudo para aqueles que aceitam em seu nome ingerências sobre outros países – se construiu com *apartheid*, de tal forma que, em muitos de seus estados, a população negra foi segregada por um século após a abolição da escravidão<sup>3</sup>. E ainda hoje apresenta características racistas bem evidentes. Basta observar o comportamento discri-

---

<sup>2</sup> São inúmeros os movimentos, podemos remontar às sufragistas do século XIX, ou à luta de Marielle Franco no Rio de Janeiro, morta em 14 de março de 2018, crime parcialmente esclarecido, uma vez que ainda não foram apontados os mandantes do assassinato e sua motivação. Ela lutava pelos direitos das minorias que representava: mulheres, negras e pobres.

<sup>3</sup> A escravidão é oficialmente abolida nos EUA em 1863.

minatório de policiais com a população negra; por exemplo, em 2015 ocorreram 346 casos de jovens negros mortos por policiais<sup>4</sup>.

Há ainda outras ações das chamadas minorias na busca por igualdade, como a grande mobilização da população LGBT<sup>5</sup>, dos hispânicos e, hoje, dos imigrantes em geral, que revelam o caráter limitado da democracia norte-americana.

Constata-se que todas essas minorias constituem, se somadas, a maioria da população dos EUA em termos quantitativos, a qual historicamente vem lutando para alcançar a condição de cidadãos plenos. Ou seja, a soberania do povo na principal democracia ocidental se traduz numa realidade na qual é a minoria que governa em favor de seus próprios interesses, excluindo a maioria. Percebe-se claramente que no capitalismo histórico as diferenças conduzem à desigualdade e essa é a estrutura de sustentação do próprio moderno sistema-mundo.

Se internamente verifica-se uma situação de ausência de democracia plena – uma vez que o Estado, a serviço da acumulação capitalista, auxiliou na divisão e na diferenciação social para facilitar a exploração – como esse Estado se comporta na relação com outros Estados? Em realidade, no campo externo a democracia se torna justificativa para a intervenção e a subordinação aos interesses da dominação econômica.

Wallerstein aponta o caráter ideológico do discurso que fundamenta essas ingerências e invasões militares por justificarem, em nome da implantação da democracia, “governos não democráticos”, como no caso daquelas ocorridas nos Balcãs e no Iraque.

Portanto, reafirmamos que o centro hegemônico não se constitui internamente numa democracia efetiva e da mesma forma não se relaciona com as demais nações de forma democrática, embora utilize a democracia como justificativa para suas ações em outros países. Por exemplo, o Orientalismo<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> Estes dados são do Mapping Police Violence, um site que compila dados colaborativos sobre a violência policial nos EUA. A vulnerabilidade das vidas negras não é um fenômeno que tem origem somente nas ruas. Para Flávio Francisco, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em História dos EUA, o racismo no país é institucionalizado e é resultado de uma evolução observada após o final do segregacionismo em 1964. Até então, a lei permitia a segregação racial, excluindo negros de locais e serviços públicos em favor dos brancos e atuando com discriminação e opressão. Com o fortalecimento do movimento dos direitos civis nas décadas de 50 e 60, a comunidade se organizou em protestos, pedindo por direitos iguais. “Lideranças como Martin Luther King chamavam a comunidade para boicotes a serviços públicos e para marchas pacíficas contra violência policial” (GRANATO, 2016).

<sup>5</sup> Dentre muitas lutas, destaque para Harvey Bernard Milk, ativista pelos direitos dos homossexuais, assassinado em novembro de 1978, e responsável pela aprovação da lei dos direitos dos gays na cidade de São Francisco, da qual foi representante entre 1977 e 1978.

<sup>6</sup> Oriente visto sob a ótica do Ocidente.

como prática que impede o Oriente de representar-se a si mesmo, cria estereótipos a partir de casos particulares e muitas vezes excêntricos. Desse modo, decodifica com lentes eurocêntricas o que lhe é alheio e, portanto, acaba por tornar homogêneas culturas diferentes.

Nessa mesma ótica, esses estereótipos podem servir como instrumento de análise dos grupos excluídos das próprias sociedades tidas como democráticas, uma vez que eles também não representam a si mesmos em sua diversidade e identidade.

A retórica difundida expressa que se deveria levar, então, a democracia a sociedades consideradas autoritárias e/ou não civilizadas<sup>7</sup>, legitimando, com isso, a intervenção e o não reconhecimento de sua soberania. Mas, cabe perguntar: de qual democracia se fala? Daquela vivenciada internamente num país altamente excludente e que, pelo menos desde a posse de Donald Trump como presidente<sup>8</sup>, vem afligindo os imigrantes – principalmente latino-americanos – de forma brutal e inusitada?

Afinal, uma sociedade altamente excludente no plano interno e intervencionista nas relações internacionais pode ser considerada democrática em seu sentido mais profundo? Wallerstein (2007) responde:

[...] realizar eleições das quais vários partidos ou facções pudessem participar com um mínimo grau de civilidade [...]. Essa é uma definição bem limitada de democracia. [...] No entanto, quando democracia quer dizer algo mais amplo, como o controle genuíno da tomada de decisões pela maioria da população na estrutura governamental, a capacidade real e constante de qualquer tipo de minoria exprimir-se política e culturalmente e a aceitação da legitimidade e da necessidade constante do debate político aberto, parece bastante claro que essas condições precisam amadurecer internamente nos diversos países e regiões [...] (WALLERSTEIN, 2007, p. 58).

---

<sup>7</sup> “[...] em nossa ‘guerra contra o terrorismo’ após o 11 de Setembro, continuamos a ouvir justificativas equivalentes para a agressão e o domínio militar: que previnem um mal terrível cometido por outros; que o efeito da iniciativa militar será levar a ‘democracia’ a povos que não a têm e que, portanto, a longo prazo será para o bem deles, ainda que a curto prazo sofram as consequências da guerra e da dominação” (WALLERSTEIN, 2007, p. 112).

<sup>8</sup> Cujas eleições foi questionada, seja pelo uso de *fake news*, seja pelo envolvimento do FBI, e até mesmo da Rússia.

O percurso realizado até aqui tentou apontar que, no centro do moderno sistema-mundo, a democracia contém seríssimas limitações. Na realidade o discurso da democracia serve como justificativa para a maioria aceitar o que foi de fato decidido e imposto por uma minoria. Dissocia-se assim, mesmo nos países do centro, a necessária relação entre democracia política e social. O modelo de democracia baseado na meritocracia como justificativa para desigualdades econômico-sociais aponta para o vínculo indissociável entre a acumulação de capitais e o Estado moderno.

O capitalismo se caracteriza pela exploração e pela desigualdade, logo como em seu bojo é possível realizar plenamente a democracia política e social? A desigualdade é estrutural no moderno sistema-mundo.

Por isso, voltamos a afirmar: democracia política e democracia social, na hierarquização do modelo pan-europeu histórico, são, em larga medida, conceitos retóricos. No fundo, o discurso de que há democracia no centro e de que não há democracia na periferia (e em parte na semiperiferia) se constitui como um sofisma. No centro do moderno sistema-mundo não existe realmente democracia política, pois não há controle do processo de tomada de decisões pela maioria, como apregoa Wallerstein (2007, p.58). Do mesmo modo, o próprio capitalismo histórico reproduz desigualdades econômicas que impossibilitam a democracia social.

A desigualdade e a hierarquização socioeconômica do moderno sistema-mundo impedem a democracia plena. O modelo ideal construído historicamente – homem, branco, *esclarecido*, cristão e proprietário – exclui *a priori* mulheres, não brancos, os que professam outra religião, os ateus e os despossuídos. Enfim, as diferenças em relação ao modelo hegemônico são marcas de inferioridade – apregoadas até pelos filósofos – no mercado de trabalho e na convivência cotidiana. Essa é a dinâmica da democracia no capitalismo histórico.

Destarte, é comum, nas discussões acerca da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), ficar a impressão de que estamos diante de uma situação sem saída, pois ao observarmos a realidade pelo prisma histórico de longa duração, o moderno sistema-mundo demonstra as inter-relações existentes na sua própria manutenção. Por outro lado, não se pode olvidar da afirmação e reafirmação que Wallerstein oferece para os

movimentos antissistêmicos. Na obra *Análisis de sistemas-mundo*, ele enfatiza a importância do espírito de Porto Alegre, referindo-se ao Fórum Social Mundial, no qual destaca a luta pela liberdade e igualdade como o fundamento de todo e qualquer movimento antissistêmico (WALLERSTEIN, 2010, p. 120).

O percurso aqui desenvolvido ao refletir sobre a democracia histórica, apontando suas mazelas e suas limitações, pode dar a impressão de que se deva propor outra forma de se fazer política. No entanto, o que desejamos destacar é exatamente o contrário. Ser antissistêmico é, entre outras coisas, lutar por mais democracia: uma democracia com maior participação e com mais igualdade social.

No Brasil, as lutas por igualdade de gênero e principalmente as lutas antirracistas ganham contornos cada vez mais explícitos, pois o longo período de escravidão (quase quatro séculos) e o tipo de abolição (explicitamente conservadora) explicam os séculos de exclusão da maioria da população negra. Os obstáculos para a superação dessa desigualdade podem ser observados, por exemplo, na dificuldade de se empreender o sistema de cotas nas universidades e nos obstáculos antepostos à implantação da Lei 11.645 na educação, que, aliás, foi revogada, em 2018<sup>9</sup>.

Segundo o IBGE<sup>10</sup>, em 2016, ainda que 54,9% da população brasileira fossem compostos de negros ou pardos, esse grupo representava 64% dos presos e ocupava menos de 20% das vagas no Congresso Nacional.

Já as mulheres são a maioria, 51,6% da população, entretanto elas ocupam somente 10,5% das vagas na Câmara de Deputados e 16% no Senado. Portanto, no caso brasileiro há uma dinâmica “democrática” bastante perniciososa, que pode ser qualificada como antidemocrática. “Ora, a sociedade brasileira é estruturalmente antidemocrática porque é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica” (CHAUÍ, 2017, p. 2).

Segundo Marcelo Braz, em momento de crise, principalmente política podemos vir a cair em duas possíveis tentações:

– Primeira: a de *subestimar a democracia*, mesmo que burguesa.

Sabemos que qualquer forma de república democrática é melhor que qualquer forma de ditadura. Seja qual for a estratégia política

<sup>9</sup> Lei 11.645/2008, que introduzia a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio no Brasil.

<sup>10</sup> In: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 01 ago. 2018.

que adotamos, é na democracia que reunimos mais condições para avançar, lutar, resistir. Por isso, temos que denunciar qualquer tipo de recuo democrático como o que estamos vendo no momento. E não apenas por causa do *impeachment*, porque *ele não é o único recuo democrático* que estamos presenciando. Como veremos mais adiante, ele apenas é *um atalho para mais recuos democráticos* que estão se desenhando em todos os níveis da sociedade brasileira.

Segunda: a de *superestimar a democracia burguesa*.

A democracia tem seus limites. Justamente porque é (e sempre será) democracia acompanhada por um adjetivo que lhe é inseparável (que, por ser-lhe inseparável, é-lhe quase um substantivo): a democracia é democracia burguesa! Que por ser *restrita* ao âmbito da sociedade capitalista não propicia uma participação real da massa do povo na direção/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais. É *uma das formas políticas* dessa sociedade. É capaz de promover alguns níveis de socialização da política, mas jamais poderá levar à socialização do *poder político*" (BRAZ, 2017, p. 90, destaques do autor).

Na história do Brasil, além do longo processo de conquista do direito ao voto, dos vários golpes de Estado e da dificuldade de um presidente eleito concluir seu mandato, temos que enfrentar a luta pela igualdade social e de direitos para a maioria da população. A busca pela democracia plena passa por todas as tarefas antissistêmicas que pudermos empreender para uma nova estrutura social realmente democrática.

Na atualidade, vivemos uma crise global e uma grave crise política no Brasil, que estão intimamente associadas. Já em 2017, Braz apontava para o potencial risco da ascensão do conservadorismo reacionário.

Mas o central aqui é que o consenso burguês está na necessidade de acelerar contrarreformas profundas que atendam a quatro objetivos centrais (todos contemplados nas medidas que já tramitam no Congresso Nacional e que devem ser aceleradas):- recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos no sentido de retomada, em condições ótimas, da sua dominância imperialista em nosso subcontinente;- reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho com base em novas formas de combinação de mais-valia

relativa (incremento tecnológico para reduzir trabalho necessário e baratear a reprodução social da força de trabalho) e mais-valia absoluta (sobretudo via flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador);- implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país;- readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar condições para um ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores. Por tudo isso, o momento é grave (BRAZ, 2017, p. 95).

Com as eleições de 2018, no Brasil, o caminho para um governo reacionário se abriu amplamente. Tratando aqui dos limites da democracia histórica, impõe-se a necessidade de destacar que essa ascensão de um poder conservador se deu por meio de eleições, mais precisamente pelo voto! O que novamente nos leva a questionar a própria ideia de democracia entre nós. Por outro lado, a argumentação de Marcelo Braz traz elementos para uma primeira análise do resultado eleitoral, que entre outros fatores, se deveu ao esforço daqueles que capitanearam os interesses corporativos e financeiros – internos e externos – para se apoderarem do Estado e de seus fundos públicos, garantindo assim a maximização dos lucros em época de crise das taxas de acumulação.

No caso brasileiro, além de apresentar os dilemas e percalços da própria democracia, é importante que se diga que o país prossegue sendo completamente dependente dos interesses centrais e da dinâmica global da acumulação capitalista. A democracia é a:

Forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades acima apontadas conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais introduzindo, para isso, a ideia dos *direitos* (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para *criar novos direitos*. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem,

uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade (CHAUI, 2017, p. 18).

A democracia, a que aspiramos, requer ampla participação, de tal forma que a vontade popular se transforme em atuação concreta nas várias esferas do poder, inclusive na mídia, e por fim que o acesso aos bens sociais, econômicos e culturais satisfaça as necessidades coletivas e plurais.

Essa democracia transcende o capitalismo. E talvez só assim ela possa se realizar efetivamente, deixando de ser uma ilusão, ainda que bem intencionada.

VIEIRA, R. de L. The illusion of democracy in historical capitalism. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 137-149, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *This essay, which dialogues with I. Wallerstein and G. Arrighi, theorists of the Political Economy of the World-System, has as an objective to reflect about the historical democracy. This means, observe democracy on how it is undertaken in modernity, concerning the center of the capitalist world-economy and its intersections with Brazil. Democracy and Capitalism are concepts often thought to be inseparable, but under a deeper examination, by PEWS, it is indicated that this association is improper, since social disparity, inherent to the capitalist society, prevents the full realization of democracy. That is why we use "illusion". On the other hand, with this contradiction in mind, it may seem that a search for another social-political organization should be sought. But the perception is that, in a systemic analysis, the alternative is to fight for more democracy, not only a liberal representative democracy but to fight for a democracy that goes beyond capitalism, founded under freedom and the effective equality of social, political and economy rights.*

■ **KEYWORDS:** *Democracy. Capitalism. PEWS.*

## Referências

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º. 11.645*, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso: 1 mai. 2014.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário, <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>>, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CHAUÍ, M. Comunicação e democracia, *PAULOS – Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 1, n. 2, 2017. p. 17-32.

GRANATO, L. Entenda a crescente tensão racial e violência nos EUA. *Exame*, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/entenda-a-crescente-tensao-racial-e-violencia-nos-eua/>. Acesso: 01 ago. 2018.

MAPPING POLICE VIOLENCE. Disponível em: <https://mappingpoliceviolence.org/>. Acesso: 2 dez. 2018.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007

WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2010.

